



II. PROMOÇÃO DA SAÚDE

SITUAÇÃO ATUAL



As Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), dentre elas o câncer, são responsáveis por 68% das mortes no mundo e 74% das mortes no Brasil (5, 45). Para reduzir o número de novos casos e de óbitos é fundamental lidar com seus principais fatores de risco: tabagismo, consumo abusivo de álcool, alimentação não saudável e sedentarismo (46).

Entendendo a problemática, em 2011 foi elaborado pelo Ministério da Saúde o Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas e Agravos Não Transmissíveis no Brasil 2011-2022 (47). Embora o Plano ainda fosse uma política recente, em 2013 já vinha apresentando resultados promissores, como o aumento nos níveis de atividade física e a redução no consumo de tabaco e de bebidas alcoólicas (48).

Devido às mudanças epidemiológicas e demográficas no país, o MS decidiu atualizar o Plano em 2019, por um grupo formado por representantes de todas as secretarias do Ministério da Saúde e representantes da Funasa, ANVISA e INCA. O grupo foi responsável por elaborar uma proposta da nova versão do Plano, observando recomendações sugeridas e sistematizadas a partir das diretrizes mundiais para os temas – as principais políticas de saúde nacionais relacionadas às DCNTs, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e o Plano Doenças e Agravos Não Transmissíveis 2011-2022 (49).

Uma consulta pública foi conduzida entre os meses de outubro e novembro de 2020, para posterior edição e pactuação na Comissão Intergestores Tripartite. Em setembro de 2021, o Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas e Agravos Não Transmissíveis no Brasil 2021-2030 foi publicado.

Dados da Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (VIGITEL) de 2019 revelam que, por um lado, cerca de 50% das metas estão sendo atingidas, como a redução do consumo de tabagismo e o aumento na frequência de realização de mamografia em mulheres de 50-69 anos de idade nos últimos dois anos. Mas por outro, a obesidade teve uma trajetória de crescimento, assim como o consumo excessivo de bebida alcoólica (50).

Como resposta ao desafio das DCNT, o Movimento TJCC trabalha para promover a implementação de políticas de enfrentamento dessas doenças, visando diminuir a magnitude e a tendência de crescimento do câncer e seus fatores de risco, além de apoiar as políticas públicas de promoção à saúde. Em consonância com a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), tem pautado, na agenda governamental, diversas ações no campo da alimentação saudável, atividade física, prevenção do uso do tabaco e álcool (51).



ONDE QUEREMOS CHEGAR

1. Efetiva promoção da saúde, para garantir qualidade de vida à população brasileira.

COMO FAREMOS

Proposta

- Realizar campanhas nacionais e regionais de conscientização, para escolhas individuais de hábitos de vida saudáveis.
- Divulgar e estimular a efetiva implementação da Política Nacional de Promoção da Saúde, aprovada pela Portaria nº 687 MS/GM, de 30 de março de 2006.

2. Redução dos fatores de risco das DCNT, visando diminuir a incidência e a mortalidade por câncer.

Proposta

- Propor ações estratégicas para a administração pública com base em diretrizes nacionais e internacionais. Por exemplo: a promoção da alimentação saudável baseada no Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; o controle do tabagismo conforme a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (Decreto nº 5.658/2006); reduzir o uso nocivo do álcool de acordo com a Resolução da Assembleia Mundial da Saúde; promover a realização de atividades físicas segundo as Recomendações Globais da OMS.
- Continuar o monitoramento dos fatores de risco para as DCNT, por meio do VIGITEL, para amparar as decisões de políticas públicas dos gestores.
- Conscientizar empresas, por meio de indicadores epidemiológicos e Medicina baseada em evidências, para reduzirem os fatores de risco às DCNT presentes em seus produtos.
- Articular a aprovação do PLS nº 363/18, que altera a Lei nº 9.656/1998, responsável por dispor sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para incluir o tratamento do tabagismo, inclusive o medicamentoso, entre as coberturas obrigatórias dos planos de saúde.
- Estimular a ANS a incentivar cada vez mais planos privados a oferecerem programas relacionados a doenças crônicas e mudanças de estilo de vida.



3. Implementação integral do Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas e Agravos Não Transmissíveis no Brasil, do Ministério da Saúde.

Proposta

- Verificar, trimestralmente, junto ao Ministério da Saúde, o andamento do Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas e Agravos Não Transmissíveis no Brasil 2021-2030.
 - Discutir os obstáculos e as possíveis soluções para a plena implementação das medidas previstas no Plano.
 - Monitorar, periodicamente, a incidência e mortalidade do câncer.
-

